



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Gabinete da Procuradora-Geral da República

Nota para a Comunicação Social

Operação “Fizz” – Diligências

Ao abrigo do disposto no art. 86º, nº 13, al. b) do Código de Processo Penal, a Procuradoria-Geral da República torna público o seguinte:

O Ministério Público do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) realiza hoje buscas a domicílios mas também a escritórios de advogados e a instituições bancárias.

Na operação participam onze procuradores da República, oito juízes e seis dezenas de elementos da Polícia Judiciária.

Na sequência destas diligências foi efectuada uma detenção. O detido será presente ao juiz de instrução criminal para primeiro interrogatório judicial.

Os factos em investigação indiciam suspeitas da prática dos crimes de corrupção passiva na forma agravada, corrupção activa na forma agravada, branqueamento e falsidade informática.

Em causa está o recebimento de contrapartidas por parte de um magistrado do Ministério Público (em licença sem vencimento de longa duração desde setembro de 2012) com a finalidade de favorecer interesses de suspeito, em inquérito cuja investigação dirigia.

Nesta investigação, o Ministério Público é coadjuvado pela Unidade Nacional de Combate à Corrupção (UNCC) da PJ.

O inquérito encontra-se em segredo de justiça.

Lisboa, 23 de fevereiro de 2016

O Gabinete de Imprensa